

## DOCUMENTAÇÃO

www.aese.pt

**Índice**

Pobres em Espanha, nem tantos nem tão poucos .....	1
Reino Unido: Pobres devido a custos inevitáveis .....	3
França: Quem se considera pobre? .....	4

**Pobres em Espanha, nem tantos nem tão poucos**

Muitos subsaarianos arriscam a vida para chegar a uma Europa que aparece como garantia de progresso e riqueza. Talvez os surpreendesse saber que, segundo dados do Eurostat, 22,5 % dos habitantes da UE (113 milhões de habitantes) vivem em risco de pobreza. Em Espanha, 26,6 % da população (12,23 milhões) estaria nesta mesma situação. São credíveis estes dados? Como interpretá-los?

Quando se fala de pobreza tende-se a pensar na incapacidade para satisfazer as necessidades básicas que constituem um mínimo vital. Aqueles que estivessem abaixo da linha de rendimentos necessários para adquirir um cabaz de bens e serviços essenciais, seriam considerados pobres. Esta é uma noção de pobreza “absoluta”, diferente da que é utilizada na Europa.

**Três critérios estatísticos de pobreza**

Para os cálculos do Eurostat (Departamento de Estatística da Comissão Europeia), uma pessoa está em risco de pobreza se se encontrar pelo menos numa de três situações: tem rendimentos inferiores a 60 % da mediana do rendimento nacional, sofre uma série de carências materiais severas ou vive

num local com baixa intensidade de trabalho. Vejamos o que significa cada uma dessas três componentes.

**Pessoas em risco de pobreza:** são as que vivem num lar cujos rendimentos – incluindo as transferências sociais – se situam abaixo de 60 % da mediana do rendimento nacional (a mediana é o valor que ocupa a posição central de uma série de dados). Em Espanha, no caso de uma família com dois adultos e dois filhos menores de 14 anos, a linha de pobreza em 2017 era de 17 896 euros anuais, e no caso de uma pessoa sozinha, de 8208 euros.

**Pessoas com carência material severa:** são as que pela sua escassez de rendimentos sofrem carências em pelo menos quatro de nove campos que se consideram básicos (ver lista mais à frente).

**Pessoas em lares com baixa intensidade de trabalho:** pessoas menores de 60 anos que vivem em lares onde os seus membros adultos trabalham menos de 20 % do seu potencial de trabalho.

**Abaixo da mediana**

Qualquer pessoa que se encontre numa destas três categorias é considerada incluída no “risco de pobreza ou exclusão social”, indicador conhecido como AROPE (At risk of poverty or social exclusion). Segundo estes critérios, na UE haveria 16,9 % de habitantes em risco de pobreza pelo seu rendi-

mento, 6,9 % com carência material severa e 9,3 % em lares com baixa intensidade de trabalho.

O primeiro critério, que mede o risco de pobreza em função do rendimento, não está isento de críticas. O próprio [Eurostat indica](#) que “não mede a riqueza ou pobreza absoluta, mas baixos rendimentos em comparação com os outros residentes do país”. Ou seja, é um indicador relativo, enquanto a maioria das pessoas tende a entendê-lo como pobreza em termos absolutos. Por ser relativo, se o rendimento de todos os grupos crescesse 20 %, não iria variar o número de pobres. E uma diminuição do nível de vida médio da população pode traduzir-se numa diminuição automática da taxa de pobreza, sem que tenha melhorado a situação dos mais desfavorecidos.

Segundo este critério, um país pode ser mais rico do que outro e ter uma taxa de pobreza mais elevada. Por exemplo, segundo estes critérios, na Suécia estão em risco de pobreza 17,7 %! da população, algo que irá causar surpresa a quem quer que tenha estado lá. Por outro lado, o país com menos pobres seria a República Checa, com apenas 12,2 %. Mas não se deve esquecer que, na Suécia, a linha de pobreza para uma família de quatro membros seria o equivalente a 29 000 euros e, na República Checa, seria de 11 000 euros.

Não menos discutível é que (ver tabela publicada pela “Aceprensa” com fonte no INE – Instituto Nacional de Estadística) (21.11.2018) em [Espanha estão em risco de pobreza](#) 26,6 % da população, o que significa 12,23 milhões de “pobres”. Neste grupo entrariam os que estão em risco de pobreza pelo seu rendimento (21,6 % da população), por carência material severa (5,1 %) e por baixa intensidade de trabalho (12,8 %). Parte destas pessoas seriam incluídas em mais de um dos critérios.

**Indicador AROPE (Espanha). Población incluida en al menos uno de los tres criterios del riesgo de pobreza o exclusión social por componentes**

Porcentajes					
Año de realización de la encuesta:	2013	2014	2015	2016	2017
Ingresos del año	2012	2013	2014	2015	2016
Indicador AROPE	27,3	29,2	28,6	27,9	26,6
Riesgo de pobreza (1)	20,4	22,2	22,1	22,3	21,6
Carencia material severa	6,2	7,1	6,4	5,8	5,1
Baja intensidad en el empleo (2)	15,7	17,1	15,4	14,9	12,8

(1) Ingresos del año anterior a la entrevista  
(2) Año anterior a la entrevista

Fuente: INE

Esclarecendo, uma coisa é que 26,6 % da população seja incluída dentro dos critérios de “risco de pobreza” do Eurostat, e outra que essas pessoas tenham caído realmente na pobreza ou que elas se considerem pobres.

O risco de pobreza em função do rendimento é, como se viu, um indicador relativo, que reflete fundamentalmente uma desigualdade. Não há dúvida de que uma família de quatro membros com rendimento de cerca de 18 000 euros anuais vai ter bastantes dificuldades para cobrir os seus gastos. Embora

nisto haja influência igualmente de outros fatores, como se a propriedade já foi paga ou não, onde vive, se consegue obter rendimentos na economia paralela, a idade dos seus membros...

## Lares com carência material severa

Parece mais significativo o segundo critério (carência material severa), que parte das condições de vida dos lares e das privações que sofrem em pelo menos quatro de nove indicadores de consumo:

1. Não poder ir de férias pelo menos uma semana por ano.
2. Não poder ter uma refeição de carne, frango ou peixe pelo menos de dois em dois dias.
3. Não poder manter a habitação com uma temperatura adequada.
4. Não ter capacidade para enfrentar gastos imprevistos (de 700 euros).
5. Ter atrasos no pagamento de despesas relacionadas com a habitação principal (hipoteca ou aluguer, recibos de gás...) ou em compras a prazo nos últimos 12 meses.
6. Não poder dispor de automóvel.
7. Não poder dispor de telefone.
8. Não poder dispor de televisor.
9. Não poder dispor de máquina de lavar roupa.

Em 2017, segundo a “Encuesta de Condiciones de Vida” do INE, 53 % da população espanhola não tinha carências em nenhum dos nove itens, enquanto que 5,1 % (2,38 milhões de pessoas) estavam em situação de carência material severa (ver tabela).

9,3 % dos lares espanhóis disseram chegar ao fim do mês com “muita dificuldade”. 37,3 % não tinham capacidade para enfrentar gastos imprevistos (que foram calculados em 700 euros). 34,4 % não podiam ir de férias pelo menos durante uma semana. Por outro lado, 7,4 % dos lares tiveram atrasos nos pagamentos relacionados com a habitação principal (hipoteca ou aluguer, recibos de gás, eletricidade...) nos últimos doze meses.

Dos nove itens que determinam a inclusão da população neste grupo, os mais frequentes foram: não poder ir de férias, não poder enfrentar gastos imprevistos, não poder manter a habitação com uma temperatura adequada e ter tido atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, quanto a privações na comida, apenas 2,9 % dizem que não podem comer carne ou peixe de dois em dois dias, o que é um dos números mais baixos da Europa neste aspeto.

## Pobres com e sem emprego

O emprego é, como se esperava, um fator decisivo para o risco de pobreza. A percentagem de lares com baixa intensidade de emprego é o indicador que mais cresceu em Espanha desde o começo da crise, passando de 6,6 % em 2008, para 12,8 % em 2017. Embora em 2017 tenha baixado, a Espanha ainda é o quarto país da Europa com índice mais elevado neste aspeto. O desemprego é o fator mais decisivo no aumento do risco de pobreza desde 2008, pelo que as soluções deverão passar também pela melhoria do emprego.

Embora ter emprego proteja do risco de pobreza, também se pode ser pobre com emprego. Em 2017, estavam nesta situação de risco de pobreza 44,6 % dos desempregados, 13,1 % dos reformados e 14,1 % dos ocupados. [A pobreza entre os ocupados](#) é um dado que tem crescido desde os 10,9 % em 2010, aos 14,1 % de hoje. No facto de que ter um emprego já não ser garantia suficiente para viver sem penúria, influem a precariedade laboral, os contratos temporários e a tempo parcial, os baixos salários... O aumento do salário mínimo em 2019 poderia vir a mudar esta tendência.

O título universitário é sem dúvida uma garantia de melhor emprego, mas tão-pouco suficiente. Em 2017, quase 10 % da população em risco de pobreza tinha educação superior, embora o risco fosse o dobro entre os que tinham educação secundária completa e o triplo entre os que tinham educação primária ou a primeira fase da secundária.

Os que estão em pior situação são aqueles que vivem em risco de pobreza segundo os três critérios considerados. Assim, em 2017 (e com dados de rendimento de 2016), 1,7 % da população (cerca de 800 000 pessoas) estavam simultaneamente em risco de pobreza, com carência material e com baixa intensidade no emprego.

Em Espanha, depois do aumento do risco de pobreza desde o início da crise em 2008, observa-se a partir de 2014 uma descida no indicador AROPE, segundo o último Inquérito sobre as Condições de Vida (ver tabela).

Da análise dos dados, deduz-se que esse número que por vezes se destaca de 12,3 milhões de pobres é mais um indicador estatístico da desigualdade do que uma medição da pobreza real. Mais preocupante é que a percentagem de população com carências materiais severas tenha passado de 3,6 % em 2008, para 5,1 % em 2017. São 2,38 milhões de pessoas que devem estar no centro das políticas públicas de luta contra o risco de pobreza.

I. A.

## Reino Unido: Pobres devido a custos inevitáveis

É surpreendente que Philip Alston, comissário especial das Nações Unidas para a extrema pobreza, tenha feito no final do ano passado uma visita de trabalho ao Reino Unido. Tradicionalmente, dedica a maior parte do seu tempo a países com elevados índices de privações, para informar depois a ONU. A sua visita ao Reino Unido é a segunda que faz a um país da UE, depois da que realizou à Irlanda em 2011. Será que as coisas aí estão assim tão mal?

Segundo os critérios do Eurostat, 22,2 % da população estava em risco de pobreza em 2017, apesar do crescimento económico de 1,5 % e de uma taxa de desemprego reduzida para 4,1 %. Mas com os governos conservadores, e tendo em conta as situações de urgência da crise, foram feitos cortes nos subsídios sociais e houve um endurecimento dos critérios para ter direito a recebê-los. Foi assim que Alston se encontrou com interlocutores que denunciam o aumento da pobreza infantil, das pessoas que recorrem aos bancos alimentares e dos que não podem pagar a sua habitação.

Mas o modo de medir a pobreza é sempre objeto de polémica. Em 2015, de modo a estabelecer um novo índice de pobreza, foi criada uma comissão independente, a Social Metrics Commission (SMC), composta por políticos e especialistas destacados de todo o espectro ideológico.

A SMC estabeleceu um novo indicador que fixa a linha de pobreza nos 55 % da mediana do rendimento nacional. Mas também leva em conta os principais capítulos do custo de vida, como a habitação, os cuidados com os filhos e os gastos extra provocados pela situação de deficiência de algum dos membros do lar. Avalia igualmente se as pessoas têm outros recursos, na forma de poupanças.

Ao ter em conta o total de recursos do lar, a nova medida redefine o critério de pobreza. Por exemplo, uma família com um rendimento relativamente confortável pode ser incluída abaixo da linha de pobreza se tiver custos inevitáveis (como a habitação e os cuidados com os filhos) que não lhe permite enfrentar necessidades materiais básicas. Por outro lado, um lar com baixo rendimento mas com elevado nível de poupanças, pode não estar na pobreza, porque pode recorrer ao dinheiro guardado.

O novo indicador não alterou muito o número de pobres: 14,4 milhões em 2016-17; no anterior critério, eram 14,3 milhões.

## Famílias frágeis

A pobreza predomina em lares monoparentais, naqueles onde vive algum deficiente e nos lares onde ninguém tem trabalho ou com rendimentos dependentes de empregos precários.

Para a SMC, 12 % da população é “pobre persistente”, pois viveu nos últimos quatro anos abaixo da linha de pobreza.

A pobreza afetaria 4,5 milhões de crianças, uma em cada três. Por outro lado, com o novo índice, desce o número de pobres com mais de 65 anos (11 % em vez de 16 %), o que reflete não só a revalorização das pensões, como o menor custo de vida dos reformados e mais elevados níveis de poupança.

Como era de esperar, segundo os dados da SMC, é mais provável que os que estão abaixo da linha de pobreza declarem ter má saúde e falta de qualificações do que os que estão acima. No entanto, é menos provável que os pobres bebam em excesso ou tomem drogas do que os que são mais ricos, e não há diferença quanto à solidariedade familiar.

Para a SMC, os números são menos importantes do que compreender a natureza da pobreza. A atenção dos políticos pode ser dirigida para abordar os problemas do aumento do custo de vida – habitação, cuidado com os filhos, deficiência –, em vez de se centrar apenas no aumento dos rendimentos.

## França: Quem se considera pobre?

Enquanto que a pobreza relativa indica que o rendimento de um lar se situa abaixo da mediana de rendimentos, a pobreza subjetiva fixa-se naqueles que se consideram pobres. Em França, de acordo com o barómetro de opinião do Ministério da Solidariedade e da Saúde, 13 % da população declara sentir-se pobre.

Num artigo publicado no “Le Monde” (9.9.2018), o sociólogo Nicolas Duvoux examinou alguns dados desta pobreza subjetiva em França. Contra o que por vezes se pensa, esta pobreza não se centra apenas nos desempregados ou nos que estão fora do mercado laboral. Embora a taxa seja maior entre eles, também é significativo que mais de um terço dos que se consideram pobres estejam empregados.

As famílias monoparentais, expostas à pobreza monetária, são as mais afetadas pela pobreza subjetiva: são 25 % dos adultos que vivem abaixo da linha de pobreza e se declaram pobres. Pelo contrário, para o sociólogo, “numerosas pessoas pobres no sentido monetário da palavra a viver como casal

não se declaram pobres, mostrando que, na nossa sociedade, a família continua a ser, de facto, uma proteção próxima contra a pobreza”, apesar das desigualdades de rendimentos de uma família para outra.

Quanto às diferenças segundo a idade, há menos jovens que se consideram pobres (12 % contra 13 % do conjunto da população), embora a pobreza monetária os afete mais. E apesar de afirmações de que os reformados foram os ganhadores nas últimas décadas, um em cada cinco dos aposentados que vivem em regime de arrendamento consideram-se pobres.

## Uma ajuda única e automática

Para enfrentar as situações de pobreza, em França, como noutros países, criaram-se prestações sociais que dependem de diversos organismos: ajudas à habitação, ao consumo de energia, aos deficientes, aos idosos, aos solicitantes de asilo, à família... No programa de reformas, o presidente Macron apresentou as grandes linhas de um plano contra a pobreza.

Macron propõe fundir a maior parte destas ajudas dentro de um único “rendimento universal de atividade”. A unificação das ajudas sociais implica a criação de um balcão único para centralizar os pedidos e harmonizar as condições.

A grande novidade é que os beneficiários terão direito automático a cobrar a prestação desde que o seu rendimento se situe abaixo do nível fixado. Em troca, os beneficiários terão “a obrigação de se inscrever num itinerário de inserção, que impede recusar mais de duas ofertas razoáveis de emprego”.

Não se sabe como será este “rendimento universal de atividade”, que veria a luz do dia em 2020. O assunto é muito complexo, pois hoje existem dezenas de ajudas sociais em diferentes esferas. Tão-pouco é possível saber o que custaria, sem se conhecerem as modalidades precisas: se se tratará de um rendimento de um custo único ou variável consoante os parâmetros; qual será o custo; a partir de que limite de rendimentos...

Em todo o caso, a ajuda única proposta por Macron não tem as características próprias do “rendimento básico” universal que outros propõem. O seu programa fala de “uma ajuda social única e automática”, mas não incondicional, nem para todos, nem permanente.

I. A.